

POLÍTICA

Interferência do Legislativo enfraquece governança setorial

Especialistas afirmam que contaminação política mina o papel da Aneel e de demais organizações setoriais

Sueli Montenegro, da Agência CanalEnergia, de Brasília

19 DE ABRIL DE 2024, ÀS 20h33 TEMPO DE LEITURA: 11 MINUTOS

Problemas de governança setorial não são exclusivos do Brasil e nem são recentes no contexto brasileiro. Mas uma particularidade, que é a ingerência excessiva do Congresso Nacional em temas de política e de regulação do

Meu CanalEnergia ✕

setor elétrico, vem sendo notada e tem preocupado consultores e pesquisadores do setor.

Eles apontam para a contaminação política que tem enfraquecido a Agência Nacional de Energia Elétrica e as outras organizações que formam a cúpula setorial. E se dizem preocupados, inclusive, com a sucessão na vacância de cargos, que acontece entre abril e maio desse ano com o término de mandatos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no Operador Nacional do Sistema Elétrico e na Aneel.

No caso da CCEE, que está em processo de reestruturação, serão três dos cinco integrantes do atual Conselho de Administração. No ONS, além do diretor-geral (que é indicação do governo), terminam os mandatos de outros dois dirigentes, todos com possibilidade de recondução.

Na Aneel, termina esse mês o mandato do diretor Hέλvio Guerra, que deixa a agência reguladora. Pela Lei das Agências, enquanto o sucessor não for indicado pelo governo e aprovado pelo Senado, servidores de carreira poderão ser nomeados interinamente por períodos de seis meses. A questão é a disputa política por essa vaga, em um contexto no qual as divergências políticas da atual diretoria já são discutidas e admitidas abertamente, inclusive nas reuniões semanais do colegiado.

Captura do setor

Meu CanalEnergia

Entre especialistas ouvidos pela **Agência CanalEnergia**, há a percepção de que o próprio setor elétrico contribuiu nos últimos anos para o fortalecimento do papel do Congresso nas pautas setoriais, ao buscar no Legislativo o atendimento de interesses específicos, em detrimento do interesse geral. Isso é visto como uma falha de articulação em busca de consensos mínimos em torno de diferentes temas.



***O Congresso viu
na no setor
elétrico uma
escapatória
para restrições
orçamentárias.***

*Jerson Kelman, ex-diretor
geral da Aneel*

O ex-diretor geral da Aneel, Jerson Kelman, explica que existe sempre uma preocupação no mundo de captura dos reguladores ou dos agentes do setor pelas empresas. Aparentemente, nada parecido com isso ocorre no Brasil, mas há, em contrapartida, uma captura pelo Legislativo. Para o especialista, é consenso entre formadores de opinião que a governança do setor elétrico está em um momento muito ruim.

Meu CanalEnergia

“O Congresso viu no setor elétrico uma escapatória para restrições orçamentárias. O Congresso tem o setor elétrico como um complemento do orçamento público, para ficar passando leis que protegem interesses específicos às custas da maioria dos consumidores. E, para garantir toda essa má governança, agora os dirigentes de entidades públicas tem que ter a benção de algum parlamentar, tem que ter uma benção política, que é absolutamente inaceitável, absolutamente ruim para o país,” afirma Kelman.

Ele lembra que os dirigentes das instituições que compõem a cúpula do setor precisam ter conhecimento técnico e independência. Mas quando mesmo aqueles que têm conhecimento técnico necessitam de apadrinhamento político, o setor continua mal, porque o interesse do padrinho político certamente não é por melhores decisões técnicas.

No contexto atual, o Congresso tem atuado de forma equivocada em três dimensões. Uma delas é a invasão de temas completamente técnicos e regulatórios, como, por exemplo, o sinal locacional para as tarifas de uso do sistema de transmissão.

A segunda, a aprovação de políticas públicas, que cabem, sim, ao Legislativo, mas sem a devida avaliação dos custos e dos benefícios. E a terceira frente de atuação são as indicações políticas de pessoas, não importando se tem capacidade técnica ou não.



Politização se manifesta não só na agência reguladora.

Joísa Dutra, do Ceri/FGV

Em relação à Aneel, Kelman reconhece que os diretores atuais são pessoas capacitadas, mas como dependem de apadrinhamento político, perderam um pouco a independência. “Eu acho que a Aneel hoje tem menos independência que teve no passado. Eu, quando fui diretor-geral da Aneel, antes da sabatina dos senadores da Comissão de Infraestrutura, não tinha nenhum padrinho, não tinha nenhum laço de lealdade a político nenhum.”

No caso do Operador Nacional do Sistema, ele não vê muito risco de contaminação. “O ONS não é uma entidade do governo, tem caráter privado. Então, oxalá o governo não queira, além do que é a sua atribuição que é indicar o diretor- geral, não queira mais que isso, que é essencial.”

Para a diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (Ceri-FGV), Joísa Dutra, a discussão sobre a governança tem muitas camadas, mas alguns aspectos ajudam a entender porque se atingiu o ponto crítico atual. O primeiro é que o setor passou por

Meu CanalEnergia